

CAMPANHA

Combate ao Golpe do Falso Advogado

Política de Privacidade e Uso de Dados

Responsável: Sérgio Santos Rodrigues — Deputado Federal 25/26, Relator do Projeto de Lei
4709/2025

Site: pldofalsoadvogado.com.br | Contato LGPD: pldofalsoadvogado@gmail.com

Vigência: 30/06/2026

Política de Privacidade e Uso de Dados

A Campanha Combate ao Golpe do Falso Advogado é uma iniciativa de mobilização cívica, institucional e social criada para combater o uso indevido do nome e da inscrição de advogados por criminosos, defender a reputação da advocacia brasileira e apoiar a aprovação do Projeto de Lei 4709/2025, de relatoria do Deputado Federal Sérgio Santos Rodrigues. Ao preencher o formulário de assinatura, participar das ações da Campanha, interagir por WhatsApp, e-mail, redes sociais ou qualquer outro canal oficial, você declara estar ciente e concordar com esta Política de Privacidade e Uso de Dados.

1. Responsável pelos dados

O responsável pelo tratamento dos dados pessoais coletados no âmbito desta Campanha é Sérgio Santos Rodrigues — Deputado Federal 25/26, Relator do Projeto de Lei 4709/2025, que conduz a estratégia da mobilização, o relacionamento com os apoiadores e a defesa pública da pauta de combate ao golpe do falso advogado e da aprovação do PL 4709/2025. A Campanha poderá contar com empresas, plataformas, prestadores de serviço, ferramentas de automação, sistemas de CRM, disparo de mensagens, hospedagem, análise de dados e comunicação digital, que atuarão como operadores ou parceiros técnicos, sempre conforme as orientações do responsável.

2. Dados que podem ser coletados

A Campanha poderá coletar e tratar os seguintes dados: nome, sobrenome, cidade, estado, telefone, WhatsApp, e-mail, número de inscrição na OAB (quando informado), data e horário de participação, origem do cadastro, link de indicação, código de referência (ref_code), campanhas acessadas, respostas a mensagens, cliques, interações, preferências de comunicação, endereço IP, navegador, dispositivo, páginas acessadas, cookies, parâmetros de origem de tráfego (utm_source, utm_medium, utm_campaign) e informações necessárias para segurança, auditoria, prevenção de fraude, mensuração e melhoria da mobilização. Também poderão ser tratados dados relacionados ao interesse do apoiador em participar de ações, compartilhar a Campanha, receber atualizações, integrar grupos, apoiar pautas relacionadas, comparecer a eventos ou atuar como mobilizador.

3. Finalidades de uso dos dados

Os dados poderão ser utilizados para: registrar a assinatura e o apoio à Campanha; organizar a base de apoiadores, advogados, mobilizadores, lideranças e participantes; enviar mensagens, atualizações, convites, comunicados, materiais informativos, chamadas de mobilização, prestação de contas e conteúdos relacionados à tramitação do PL 4709/2025; realizar contato por WhatsApp, e-mail, SMS, ligação, redes sociais, plataformas digitais ou outros meios informados pelo próprio apoiador; medir o alcance da Campanha, identificar cidades, regiões e seccionais da OAB com maior engajamento e organizar estratégias de mobilização territorial e digital; criar rankings, relatórios, painéis de acompanhamento, métricas de conversão e indicadores de compartilhamento; validar a autenticidade das assinaturas, evitar fraudes, duplicidades, abusos ou uso indevido dos canais oficiais; defender publicamente a pauta de combate ao golpe do falso advogado, demonstrando apoio popular e força social da mobilização; permitir o relacionamento contínuo entre a Campanha, o responsável e os apoiadores; cumprir obrigações legais, regulatórias, administrativas, judiciais ou eleitorais; e resguardar direitos da Campanha, do responsável, dos apoiadores e de terceiros em processos administrativos, judiciais, eleitorais ou extrajudiciais.

4. Comunicação cívica, institucional, política e eleitoral

Ao aceitar esta Política e, quando aplicável, marcar a opção específica de autorização para comunicações ampliadas, o apoiador autoriza que seus dados sejam utilizados para o envio de comunicações relacionadas a ações cívicas, sociais, institucionais, políticas, comunitárias, eleitorais e de mobilização popular lideradas, apoiadas ou divulgadas pelo responsável da Campanha. Essa autorização poderá incluir, respeitada a legislação aplicável: envio de mensagens sobre novas campanhas, causas públicas e movimentos populares; convites para eventos, reuniões, audiências, ações e mobilizações digitais; comunicação sobre pautas de interesse da advocacia, da cidadania e da participação pública; divulgação de conteúdos institucionais do responsável; relacionamento com apoiadores em períodos pré-eleitorais e eleitorais; envio de informações sobre candidaturas, propostas, agendas, programas e iniciativas públicas relacionadas ao responsável ou a grupos, projetos e campanhas por ele liderados, apoiados ou integrados; e segmentação de mensagens por cidade, região, interesse declarado, forma de participação e histórico de engajamento. O apoiador declara estar ciente de que sua participação poderá gerar relacionamento continuado com o responsável e com iniciativas futuras de natureza social, institucional, política ou eleitoral, sempre com possibilidade de cancelamento do recebimento das comunicações.

5. Bases legais para o tratamento

O tratamento dos dados poderá ocorrer com fundamento nas seguintes bases legais previstas na Lei nº 13.709/2018 (LGPD): consentimento do titular, quando o apoiador aceita esta Política, assina o abaixo-assinado, solicita contato, autoriza comunicações ou manifesta interesse em participar da Campanha; legítimo interesse, para organização da base de apoiadores, prevenção de fraudes, segurança da plataforma, mensuração de resultados, defesa da causa e relacionamento compatível com a expectativa de quem voluntariamente aderiu à mobilização; cumprimento de obrigação legal ou regulatória; e exercício regular de direitos em processos judiciais, administrativos, eleitorais ou arbitrais. Quando houver uso dos dados para finalidade eleitoral, política ou de campanha, será buscado consentimento específico e destacado, de forma clara, para reforçar a transparência e a segurança jurídica do tratamento.

6. Compartilhamento de dados

Os dados poderão ser compartilhados, quando necessário, com: plataformas de formulário, CRM, hospedagem, banco de dados e automação (incluindo Tally, Supabase/Lovable Cloud e provedores equivalentes); ferramentas de envio de mensagens por WhatsApp, e-mail, SMS ou outros canais; fornecedores técnicos contratados para operação, segurança, comunicação, análise e gestão da Campanha; assessorias jurídicas, contábeis, eleitorais, tecnológicas, estratégicas e de comunicação; equipes autorizadas da Campanha; projetos, campanhas, organizações, partidos, federações, coligações, candidaturas, mandatos, lideranças ou iniciativas apoiadas pelo responsável, quando houver autorização do titular ou outra base legal aplicável; autoridades públicas, judiciais, administrativas, regulatórias ou eleitorais, quando houver obrigação legal ou necessidade de defesa de direitos. A Campanha não tem como objetivo vender dados pessoais. O compartilhamento será realizado para viabilizar as finalidades descritas nesta Política.

7. Uso de WhatsApp, e-mail e canais digitais

Ao informar seu telefone, WhatsApp ou e-mail, o apoiador autoriza o envio de mensagens relacionadas à Campanha e às demais finalidades previstas nesta Política. As mensagens poderão ser enviadas diretamente pelo responsável, pela equipe da Campanha, por plataformas oficiais de

comunicação ou por fornecedores contratados. O apoiador poderá solicitar a interrupção do recebimento de mensagens a qualquer momento, respondendo com termos como “parar”, “sair” ou “cancelar”, ou por outro canal indicado pela Campanha.

8. Armazenamento e prazo de uso

Os dados poderão ser armazenados enquanto forem necessários para: manutenção da base de apoiadores; continuidade do relacionamento com o titular; defesa da causa de combate ao golpe do falso advogado e acompanhamento da tramitação do PL 4709/2025; realização de campanhas futuras; cumprimento de obrigações legais, eleitorais, administrativas ou judiciais; exercício regular de direitos; e preservação de histórico, comprovação de consentimento, auditoria e segurança. O titular poderá solicitar a exclusão de seus dados, respeitadas as hipóteses em que a conservação seja necessária ou permitida por lei.

9. Direitos do titular

Nos termos da LGPD, o apoiador poderá, a qualquer momento, solicitar: confirmação da existência de tratamento; acesso aos dados; correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados; anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade; portabilidade; informação sobre entidades com as quais os dados foram compartilhados; informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e suas consequências; e revogação do consentimento. As solicitações devem ser encaminhadas para o e-mail indicado no item 12.

10. Cookies e tecnologias de rastreamento

O site da Campanha pode utilizar cookies e tecnologias similares para garantir o funcionamento adequado das páginas, medir audiência, identificar a origem do tráfego (parâmetros UTM), atribuir indicações por meio de ref_code, personalizar a experiência e evitar fraudes. O apoiador pode, a qualquer momento, ajustar as configurações do navegador para bloquear ou limitar o uso de cookies, ciente de que algumas funcionalidades podem ser afetadas.

11. Segurança da informação

A Campanha adota medidas técnicas e administrativas razoáveis para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão. Apesar dos esforços, nenhum sistema é totalmente imune a incidentes; em caso de incidente de segurança relevante, o responsável comunicará os titulares e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) nos termos da legislação.

12. Contato do encarregado (DPO) e canal LGPD

Dúvidas, solicitações relacionadas aos direitos previstos na LGPD e pedidos de exclusão devem ser enviados para o e-mail pldofalsoadvogado@gmail.com. As manifestações serão respondidas no prazo legal aplicável.

13. Alterações desta Política

Esta Política poderá ser atualizada a qualquer tempo, em razão de mudanças legais, regulatórias, técnicas ou estratégicas da Campanha. A versão vigente estará sempre disponível em <https://pldofalsoadvogado.com.br/docs/politica-de-privacidade.pdf>, valendo a data de vigência indicada na capa.

14. Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte/MG para dirimir quaisquer questões oriundas desta Política, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.